

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 45ª
(QUADRAGÉSIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 23 DE MAIO DE 2017.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Prof. Reginaldo Veras a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

Dispensar a leitura e dou como lida e aprovada a seguinte:

- Ata da 41ª Sessão Ordinária.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sei que, no dia de ontem, o Colégio de Líderes debateu sobre a pauta do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2017. Ocorre, Sr. Presidente, que há muitas dúvidas acerca dessa matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	2

Nós temos em mãos um parecer da Procuradoria que tratou de examinar um anteprojeto, só que ele não se refere, nem dá cópia do anteprojeto ao qual está se reportando uma propositura da Secretaria de Fazenda. Ao mesmo tempo, o art. 150, inciso XIV, trata da migração do superávit financeiro para a conta do Tesouro, a rubrica 100, e consequentemente isso representaria um volume significativo.

Há vários questionamentos. No primeiro deles, alguns entendem que a matéria de Direito Financeiro é circunscrita ao Congresso Nacional, e não aos Legislativos locais, ficando estes para legislar especificamente sobre fundos de a, b, c e d. Esse é um entendimento. O outro entendimento diz respeito aos fundos vinculados, como o do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação – DEFER, por exemplo. Os usuários pagam as mensalidades no Defer, e aquele recurso cai no Fundo do Esporte do Distrito Federal. Os fundos normalmente são vinculados a determinadas políticas públicas.

Então, isso é importante. Eu cheguei no final da reunião promovida pela Presidência. Infelizmente fui muito prejudicado, porque estava em outra reunião aqui na Casa, num debate sobre o hospital do Gama, com a presença da direção da secretaria, do diretor do hospital, do diretor da regional etc. Era necessário que um dos procuradores sentasse conosco e decodificasse a propositura do governo, o parecer deles, para termos clareza. Senão, o que vai acontecer? Cada Deputado, de acordo com seu interesse político ou área de atuação, vai impedir a retirada desse ou daquele fundo. Acho isso meio temerário.

Temos políticas públicas ligadas à área da cultura, do esporte, do turismo, e até na área da alfabetização de adultos. No caso, cresceu o número de analfabetos no Distrito Federal, e o governo propõe a extinção. A gente sabe das dificuldades financeiras do governo e sabe que ele está adotando ações preventivas diante da evolução do ano. A arrecadação tem sido ligeiramente superior, neste último quadrimestre, a 3%. Estamos otimistas com relação ao Fundo Constitucional em face do desempenho da economia nacional.

Sr. Presidente, eu pediria a V.Exa. que examinássemos essa matéria com uma equipe técnica que tenha um volume e um domínio da propositura. Parece-me, inclusive, que há um parecer nesta Casa contrário ao PLC. Peço a V.Exa., que gosta de se aprofundar nesses debates, que façamos um aprofundamento, não simplesmente dessa ou daquela emenda, para contemplar esse ou aquele Deputado. A matéria depois poderá ser tratada, como foi no art. 150 da Lei Orgânica, e declarada inconstitucional.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, acato sua solicitação. Vou colocar em discussão, aos Líderes em plenário, o que foi acordado ontem pelo Colégio.

Vou fazer uma retificação. Determino ao Setor de Tramitação, Ata e Súmula e ao Setor de Taquigrafia que incluam na leitura do Expediente da 42ª Sessão Ordinária, de 16 de maio de 2017, a Moção nº 665, de 2017, de autoria da Deputada

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	3

Celina Leão, e o Requerimento nº 2.709, de 2017, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade. Torna-se sem efeito a votação da Moção nº 650, de 2017, de autoria do Deputado Julio Cesar, ocorrida na 42ª Sessão Ordinária, em virtude de a moção ter sido aprovada no dia 9 de maio deste ano. Ela já havia sido aprovada e nós a aprovamos novamente.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, imprensa, servidores, boa tarde.

Ainda há pouco, o Deputado Wasny de Roure falou da questão do PL que trata dos fundos. Tem um que especialmente me preocupa. Eu gostaria até de pedir a atenção dos nobres Parlamentares. É o projeto que trata do Fundo dos Idosos. Vou falar sobre ele e dizer a razão disso tudo.

Como todos sabem, a Constituição Federal de 1988 dispõe que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Objetivando garantir os direitos das pessoas idosas, foi editado o Estatuto do Idoso, assegurando-lhes, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades para preservação da sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

No Distrito Federal, foi editada a Lei Complementar nº 865, de 27 de maio de 2013, que dispõe sobre o Fundo dos Direitos do Idoso. A criação de fundos especiais para captar recursos financeiros é uma prática amplamente adotada e, quanto ao Fundo dos Direitos do Idoso do Distrito Federal, este tem a função de potencializar o processo de cooperação entre as instituições que integram a rede de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária
				4

atenção aos idosos. O respectivo fundo tem como finalidade a captação, o gerenciamento e a aplicação de recursos destinados a promover o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento dos programas, projetos e ações voltadas para pessoas idosas do Distrito Federal.

Ocorre que a Lei Complementar nº 865, de 2013, previa a sua regulamentação no prazo de sessenta dias contados da sua publicação, que ocorreu em 28 de maio de 2013, mediante apresentação de proposta de regulamentação do Conselho dos Direitos do Idoso do Distrito Federal. Entretanto, até o momento, não houve regulamentação, embora, quando da remessa da proposta a esta Câmara Legislativa, tenha sido requerida a tramitação em caráter de urgência.

Veja: o referido conselho autuou o processo do âmbito do Governo do Distrito Federal em 2014 objetivando apresentar a proposta de regulamentação. Entretanto, a competência de implementação de políticas públicas voltadas ao idoso no Distrito Federal, desde então, passou a três diferentes Secretarias de Estado, dificultando a normatização e execução das políticas públicas focadas nessa gama da população que carece da proteção do Estado para atendimento de suas necessidades.

A ausência de regulamentação inviabiliza o recebimento de contribuições e doações, que constituem uma das receitas provenientes do fundo, e prejudica execuções de políticas públicas. Num momento de crise financeira, como vastamente enunciada pelo Poder Executivo, não se pode abrir mão de receber recursos, pela inércia da edição de um ato regulamentador. Conforme dados do Instituto Brasileiro, a expectativa de vida dos brasileiros aumentou mais de quarenta anos em onze décadas, o que está diretamente associado à melhoria das condições de vida da população.

Nesse sentido, o Estado exerce um papel fundamental no oferecimento de políticas públicas focadas na população idosa e deve oferecer todas as condições para que haja qualidade de vida dessa população.

O Fundo dos Direitos do Idoso destina-se a financiar os programas e as ações relativas ao idoso com vistas a assegurar os seus direitos sociais e a criar condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, devendo haver a imediata regulamentação da Lei Complementar nº 865, de 2013, por parte do Poder Executivo, ao invés de acabar com ele, proporcionando plenas condições para execução das políticas públicas destinadas ao idoso.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, V.Exa. tem a minha total concordância. É exatamente isso que eu estava colocando. Temos que discutir em tese, porque, se levarmos em conta o ponto de vista de volume de recursos, esse fundo é um dos mais inexpressivos, de 70 mil reais. É o número que tenho aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária		5

Agora, Sr. Presidente, o que me assusta é que a proposta do governo de extinguir todos os fundos, na modesta compreensão minha – não sou constitucionalista, não tenho domínio –, é matéria de direito financeiro, não é matéria circunscrita. A Câmara Legislativa, já no passado, votou emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal de que depois foi arguida a inconstitucionalidade. Então, ficar insistindo em determinadas votações que colidem já com a apreciação do Conselho Especial do Tribunal de Justiça, no meu modo de entender, é certa afronta e, consequentemente, é querer expor um tribunal daqueles ao ridículo.

Existe um outro debate que é a questão do que é vinculado e do que não é vinculado. No caso, por exemplo, do fundo de saúde, é um recurso que vem carimbado do Ministério da Saúde. Inclusive V.Exa. fez uma emenda para o Fundo da Criança e do Adolescente, que é absolutamente correto, esse é um fundo volumoso etc.. Mas a procuradoria tem um estudo, um parecer que, no nosso modo de entender, traz a compreensão de que a matéria é absolutamente inconstitucional.

Precisamos discutir com quem tem fluência na matéria para nos dar maiores elementos, porque fazer afronta ao próprio Tribunal de Justiça em tempos difíceis como esses em que estamos vivendo não acho muito recomendável.

Então, sugiro que tenhamos oportunidade de fazer, aproveitando esse seu pronunciamento, uma discussão mais de fundo sobre a matéria. Fundo no sentido de ser mais detalhada a discussão sobre a procedência ou não do projeto de lei do governo. Essa é a grande dúvida, porque o parecer da procuradoria é em cima de um anteprojeto do governo, só que aqui não há cópia desse anteprojeto do governo. Então, essa é a ponderação que faço.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu também encerro dizendo que é claro que precisamos discutir e discutir muito, mesmo porque, se o governo colocar um real para esse fundo funcionar... O que as pessoas que trabalham com idosos, inclusive a Defensoria Pública, querem, Deputado Wasny de Roure, Presidente Deputado Joe Valle, é que se deixe a cargo de quem trabalha com os idosos a captação desses recursos. Não se quer nada do Executivo. Não importa se vai deixar um real. Eles só querem que não acabe para não atrapalhar a política implementada.

Eu, particularmente, tenho vários projetos apresentados em relação aos idosos, inclusive leis aprovadas, e já pensando no futuro também, Deputado Wasny de Roure.

Quanto à questão do fundo da criança, acho que a gente não pode... Um país que não cuida das suas crianças é um país que não vai ter futuro, e quem não valoriza os seus idosos é porque já esqueceu o seu passado. Parece que brasileiro tem a memória curta e quer passar por cima das crianças e apagar a história dos nossos idosos.

DEPUTADO JULIO CESAR – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	6

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quero parabeniza-lo pelo pronunciamento, nesta tarde, em relação aos idosos. Quero dizer que, nesta Casa, faço parte da Frente Parlamentar de Defesa do Idoso e coaduno com a mesma ideia de V.Exa. É algo que também venho falando já há muito tempo com o nosso Governador Rodrigo Rollemberg, desde o início do governo, quando se extinguiu a Secretaria do Idoso. Vejo que as políticas voltadas para o idoso, após a extinção dessa Secretaria, praticamente se extinguíram aqui em Brasília. É uma das coisas que a gente vem cobrando. Ela virou hoje uma Subsecretaria que, infelizmente, em virtude das outras tantas atribuições, muitas vezes deixa de atender às demandas do idoso.

Hoje, os idosos do Distrito Federal perderam muito com a extinção da Secretaria do Idoso, na época conduzida pelo nosso amigo Ricardo Quirino. Faltam, no Distrito Federal, ações voltadas aos idosos. E agora a gente vê aí que estão acabando com o fundo. Isso nos preocupa muito. É claro que hoje o fundo não tem um valor tão expressivo – acho que não chega nem a 70 mil –, mas ele não pode ser extinto.

Faço novamente um pedido para que a gente realmente possa ver isso e que comece a haver ações voltadas para os idosos. Todos nós um dia vamos chegar lá! O jovem de hoje é o idoso de amanhã!

Parabéns, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Agradeço o aparte do Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, mais uma vez, parabenizo-o pelo que V.Exa. tem dito em relação ao Fundo do Idoso.

Na realidade, eu também queria aqui fazer uma explanação em relação a uma grande parte do referido projeto, o PLC 95/2016. Sabemos que um artigo dele extingue alguns fundos. Eu pedi à assessoria do governo que me passasse a relação desses fundos que estão sendo extintos. Isso está disposto nos incisos do art. 29 – são dez incisos que estão extinguindo alguns fundos, Deputado Joe Valle. Mas os outros fundos...

Quero aqui deixar claro que o atual projeto diz que autoriza que o superávit financeiro dos fundos, no final do exercício, quando da sua apuração, seja revertido ao Tesouro do Distrito Federal. Existe uma lei aprovada nesta Casa, em 2013, que já alterou a Lei nº 292, de 2000. Ela trata da gestão dos fundos do Distrito Federal. E uma lei que foi aprovada em 2013, Deputado Bispo Renato Andrade, nesta Casa, incluiu o § 2º – salvo engano, é a Lei nº 494, de 2013 –, que diz, genericamente, que o superávit financeiro dos fundos deverá, ao final do exercício, após a sua apuração, ser revertido ao Tesouro do Distrito Federal.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	7

Matéria similar a essa foi analisada pelo Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – levantada pelo Deputado Wasny de Roure, pelo art. 150 –, cuja decisão, por unanimidade, foi a de que, para que haja esse tipo de movimentação de superávit, é necessário que se façam alterações individuais nas leis que regem os fundos.

Não se pode dar um tratamento genérico a todos os fundos, até porque cada um deles teve uma lei específica que o criou. Ou seja, é preciso ser tratado fundo a fundo, alteração por alteração, quando se trata da questão do superávit financeiro. O Projeto de Lei Complementar nº 95 – aqui estou tratando a questão sob o ponto de vista de analisar a técnica legislativa – diz exatamente isso e excetua alguns fundos. Aqui, nós queremos citar o IPREV – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal e outros fundos, porque alguns Deputados estão apresentando emendas também que podem ser excetuadas nessa mesma analogia.

A partir do art. 5º do referido projeto de lei, existe a pontuação de cada fundo, a alteração de cada artigo de cada fundo, que inclui, na redação dos seus projetos de lei originários, a seguinte redação: “O saldo positivo do fundo, seja o FUNAM – Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal, o FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, ou os fundos que estão sendo alterados, apurados em balanço, é automaticamente transferido para o Tesouro do Distrito Federal.” Aqui, estamos falando que a transferência não é a orçamentária nem é a de sua origem que abastece o fundo, mas, sim, a do saldo financeiro.

Nós temos alguns fundos, Deputado Joe Valle e Deputado Bispo Renato Andrade, que foram apresentados e não são utilizados há mais de dez anos. Mas há outros fundos que, quando bem executados, como, por exemplo, o FUNGER – Fundo para a Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal. Eu fui Secretário de Trabalho, assim como V.Exa. e o Deputado Joe Valle. O Fonger é um fundo que possui execução e, dificilmente, tem superávit financeiro, tendo em vista o programa de microcrédito que é executado pela Secretaria de Estado de Trabalho... O que o governo propõe aqui é que o saldo financeiro desses fundos seja retornado ao Tesouro do Distrito Federal, como acontece nos fundos do Governo Federal.

Quero deixar claro que não há extinção. Existe, sim, o art. 29, que extingue alguns fundos – eu não tenho a relação, mas quero pegá-la –, mas, na sua grande maioria, a orientação é para que o saldo financeiro dos fundos seja repassado, no final do exercício, ao Tesouro do Distrito Federal.

Isso, em nenhum momento, na minha visão, irá atrapalhar a gestão dos fundos. Até porque o Orçamento do Estado é anual. Ele é aprovado nesta Casa um mês antes, praticamente, da entrada no exercício. Aqui, obviamente, qualquer gestor público pode se planejar na execução do seu fundo, durante aquele ano. O que não dá, Deputado Bispo Renato Andrade, é para que o governo continue a fazer uma poupança de superávit de fundos. Algumas áreas precisam de recursos financeiros para execuções, como, por exemplo, a saúde, a educação e a segurança pública, e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	8

existe uma poupança financeira que não pode ser utilizada por causa de uma redação ou da falta da explicitação na lei.

Existe também uma Ação Direta de Inconstitucionalidade voltada, Deputado Joe Valle, à Lei nº 494, que fala exatamente sobre o que eu estou dizendo. Ao final da execução, ao final do exercício, será verificado o superávit. Havendo superávit financeiro, ele será transferido ao Tesouro. Entreguei essa ADIn inclusive ao Deputado Wasny de Roure, que muito bem levantou essa questão em uma reunião do Colégio de Líderes. Agradeço isso a V.Exa., pois foi mostrado que essa lei que fala especificamente sobre a transferência do superávit financeiro para o Tesouro do Distrito Federal é constitucional.

Eu acredito que, na minha pequena avaliação, nesta discussão, temos que pontuar fundo a fundo, sobre a questão do superávit, e levantar quais fundos estão sendo extintos pelo art. 29 da referida lei.

Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Eu preciso encerrar, senão, daqui a pouco, serei expulso da tribuna.

Em resposta ao Deputado Delmasso, quero dizer que, se eu fosse o Governador, também manteria S.Exa. como Líder de Governo. Mas temos uma situação, que é a questão do Fundo do Idoso. Como se vai executar alguma coisa que não está regulamentada? O que nós estamos pedindo é que se regule, para que depois se possa dizer se está sendo ou não cumprida a finalidade para a qual foi criado.

Só para concluir, eu estou apresentando uma moção de apoio com o objetivo de requerer ao Poder Executivo a regulamentação da lei complementar que mencionei: regulamentação do Fundo do Idoso. Conclamo todos os nobres Parlamentares a assinarem conjuntamente, como forma de unir forças para alcançar esse objetivo.

Parece que eu vi aqui o Secretário José Flávio. Aproveito para pedir que nos ajude nisso. O que nós estamos querendo hoje é apenas a regulamentação do Fundo do Idoso para que se possam captar os recursos necessários e a execução deles em políticas públicas voltadas para o idoso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria apenas fazer uma explicação sucinta sobre esse problema dos fundos. O Deputado Chico Leite está aqui. Em 2013 para 2014, nós votamos uma emenda, a Emenda nº 80, que alterou o problema dos fundos. A ADIn a essa emenda prosperou: foi considerada inconstitucional.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	9

Entretanto, em 2013, nós fizemos uma alteração na Lei nº 292 – pela Lei nº 872, de 2013 – sobre o mesmo assunto. Entraram com uma ADI, e essa não prosperou. O governo ganhou. Então, nós tivemos uma emenda à Lei Orgânica que teve uma Ação Direta de Inconstitucionalidade que prosperou e, ao mesmo tempo, nós fizemos uma alteração na lei que permitia a mesma coisa. Entraram com uma ação de inconstitucionalidade. Tanto é que o Governador Agnelo usou toda vez o superávit dos fundos, que é apurado no exercício anterior. Foi usado. Ninguém está inventando nada.

O que o Ministério Público pediu, tendo em vista a inconstitucionalidade da emenda foi que se fizesse a análise detalhada de cada fundo, que a alteração fosse individualizada, caso a caso. Como o Ministério Público nunca deixa barato, mesmo não tendo prosperado com a ADI da Lei nº 872, disse, pela inconstitucionalidade da emenda votada com o mesmo objetivo, que tem de ser individualizada a situação dos fundos.

O Governador Agnelo usou todos os superávits para pagar. O governo atual está receoso de utilizar. Por isso, ele mandou esse projeto de lei complementar agora.

Depois, quando propõe a extinção de alguns fundos, é porque os fundos realmente estão inativos, não estão operacionais. Estão ali só no papel. Por isso, eu falei de maneira reduzida que o que nós estamos fazendo é apenas uma correção de procedimento contábil porque os superávits já são utilizados.

Então, a votação desse PLC é apenas para fazer uma correção porque uma emenda sofreu uma ação de inconstitucionalidade que especificou isso, e uma lei prosperou. Então, nós estamos fazendo apenas uma correção.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputado Agaciel Maia.

Quero lembrar aos Deputados que nós estamos em aparte nos Comunicados de Líderes. E está falando nos comunicados o Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, Sr. Presidente, eu acho que a riqueza do Parlamento é quando ele aprofunda o debate. Eu quero discordar frontalmente da posição do Deputado Agaciel Maia, até porque ele esqueceu de citar a decisão de 2014 à emenda que saiu em 2015.

Deputado Agaciel Maia, ela é conclusiva. Ela considerou a matéria absolutamente inconstitucional por ser matéria de Direito Financeiro, por entender que a matéria remete ao Congresso Nacional. Nós podemos legislar especificamente sobre fundo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	10

Vamos tratar do Fundo do Idoso. Qual a fonte, qual a sua aplicação. Para isso, nós temos prerrogativa, mas uma legislação generalizada sobre fundo é uma matéria que está circunscrita ao Direto Financeiro e, portanto, cabe à União.

Permita-me ler, Sr. Presidente, o final do Acórdão nº 859.230, com relação ao art. 150 da Lei Orgânica, § 14. Isso é de 2015. Diz o seguinte a parte final: "Regras gerais de caráter financeiro devem ser instituídas pela União e observadas pelos estados, DF e municípios, que se restringem a estabelecer normas específicas, conforme as necessidades e peculiaridades regionais e locais. Ao prever a desvinculação dos recursos de superávit financeiro de órgão, fundo ou despesa, com transferência automática ao Tesouro do Distrito Federal, o dispositivo impôs regra geral contrária à instituída pela União."

Esse é o entendimento com relação à Lei Orgânica do Distrito Federal. Naturalmente, não havendo entendimento aqui na Casa, isso vai para o Tribunal de Justiça, e cada um dê seu voto conforme o entendimento, mas eu discordo dessa leitura, porque essa é a última decisão que temos sobre a matéria. É possível legislar sobre o fundo, quando ele for específico, e de tal maneira cabe a nós legislar. Quando é matéria geral, tratamento geral de fundos, transferência por superávit numa propositura só, há de entender que é uma matéria que viola o Direito Financeiro por ser matéria do Congresso Nacional.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – De acordo com o Deputado Bispo Renato Andrade, está encerrado seu comunicado de Líder.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Wasny de Roure tem razão, quando ele mesmo diz tratar-se de caráter geral. O que nós estamos fazendo agora é de caráter individual: a cada fundo. Inclusive, eu acho que é importante que a gente aprove essa medida porque o procedimento já foi usado. Eu falei que se tratava de um procedimento de registro contábil, até para salvaguardar os procedimentos de quem já o usou.

Não há perdedor nesse jogo de aprovação desse projeto. Já foi feita a exclusão do Fundo da Cultura, do Fundo da Criança, do FASCAL – Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eu acho que é instrumento com o qual a Câmara pode colaborar.

Nós estamos seguindo uma orientação para que não se deixe isso em aberto. Ao mesmo tempo, eu não vejo nada contra esse procedimento. Não está prejudicando ninguém especificamente. Isso é apenas para a gente poder fazer uma regularização do procedimento que foi indicado que fizéssemos.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Perfeito.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	11

DEPUTADA CELINA LEÃO (Bloco Trabalho por Brasília. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, acho que a semana passada e o dia de hoje merecem, por parte deste Parlamento, alguns pronunciamentos. Quase que em voz única aqui, no meu mandato passado, eu fiz várias críticas – não só críticas, Presidente, mas várias ações – sobre o estádio, porque era óbvia essa questão. Para o estádio, nós tínhamos um projeto que foi entregue pelo Governo Arruda de 600 milhões, e foi executado um projeto de 2 bilhões no Governo Agnelo.

Àquela época, quando a gente fazia oposição – como eu ainda faço a esse governo –, fui rebatida, criticada. Pegava as notas taquigráficas há pouco no meu gabinete. São até engraçados os argumentos com os quais eu era rebatida. Mas acho que é importante esse trabalho que o Brasil tem feito de passar todos e todas a limpo.

Lembrei-me, inclusive, da arapongagem que sofremos pelo Cláudio Monteiro, que foi descoberta até pela Operação Monte Carlo, operação que teve o Carlos Cachoeira. Isso parece que está muito longe, mas é ainda um passado muito recente para quem sofreu, por parte do governo do PT, toda a retaliação que nós sofremos.

Eu quis fazer essa introdução, Sr. Presidente, para lembrar este governo, o governo que estamos vivendo, o Governo Rollemberg. Na semana passada, nós tivemos um delator que trouxe o Brasil à baila. É impressionante o que esse delator, Sr. Presidente, fala do PSB. O PSB, Sr. Presidente, foi o partido que mais ganhou dinheiro da JBS. Não foi nenhum outro partido. O partido, dentro da divisão, que mais ganhou dinheiro declarado foi o PSB. Inclusive saiu na imprensa que o Joesley nominara aqui no Distrito Federal um Ricardo, entre parêntesis Rollemberg. Eu estava na campanha do Rollemberg. Eu sei quem é Ricardo. O Ricardo é o Ricardo Leal, que tratava de todos os recebimentos de recursos da campanha do Governador Rodrigo Rollemberg.

Eu acho engraçado, Deputado, porque 30% de todo recurso que foi utilizado na campanha do Governador Rollemberg é ou da Odebrecht ou da JBS. E esse Governador tem a audácia de ir para televisão e falar que este é um governo honesto. Este governo – eu quero falar aqui como eu falei na época do Agnelo, sem medo de retaliação, como as que ele tem preparado para cima desta Casa – não é honesto. Ele entrará na lama como todos os outros que passaram, porque não é possível que a JBS para um dava por amor e para outro dava por convicção.

Agora ele montou um grupo de trabalho para investigar todos os ex-governadores. Ele tem que se investigar. Precisa ser investigado, porque é tão gritante: além das transações, a JBS faturou aqui no Distrito Federal 12 milhões, que já estão empenhados e pagos. Ela deu 900 mil de ajuda de campanha. Eu quero pegar aqui a fala dos delatores, de que nenhum – ele não falou um, não; ele falou nenhum – dos governadores que receberam recursos tinha a inocência de achar que não havia uma contrapartida. E tinha, sim. Então, eu acho que é muito grave.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária
				12

Falam que está declarado. Nós sabemos que está declarado. Mas eu quero fazer mais uma observação. No caso desse Governador aqui, existe algo que é tão gritante, que chama a atenção da gente. Ele recebeu, para ser bem específica, 852 mil reais. Mas recebeu, Deputado, em 41 transações. Era como se ele precisasse disso para fechar o caixa da campanha. Há desde transação de R\$6,54 (seis reais e cinquenta e quatro centavos) até transação de 450 mil. Então, se a gente acha que a onda da corrupção está pegando só os ex-governadores, eu quero falar neste plenário aqui que ela pega em cheio o Governador Rollemberg.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – O Deputado Raimundo Ribeiro sinalizou que quer também, então depois eu vou passar para V.Exa. Deixa eu só terminar de trazer os dados, porque eu acho que é importante fazer isso. Talvez muitas pessoas ainda não tenham lido.

Em vídeo, o empresário afirmou que os 400 milhões doados regularmente a políticos eram contrapartidas e ajustes ilícitos. O caixa 1 era contrapartida de propina disfarçada. Segundo ele, além dos 400 milhões declarados, o grupo JBS distribuiu mais de 100 milhões como caixa 2 no período eleitoral.

Eu não acho que é certa também, Sr. Presidente, essa leniência com os delatores, porque eles quebram o Brasil, roubam o Brasil e dão uma lição para a população brasileira de que vale a pena corromper ou ser corrompido, porque vão embora para os Estados Unidos, faturam 100 milhões na Bolsa, criam o caos. Então, qual é o exemplo que nós estamos criando no Brasil? Tinha que haver, também para essas pessoas, como houve no caso da Odebrecht – com o Marcelo Odebrecht, que está preso até hoje –, uma sanção, uma punição.

É importante a gente trazer essa informação aqui à tona. Talvez eu que participei mais de perto da campanha do Governador Rodrigo Rollemberg tenha a convicção de todas essas informações.

Eu acho tão engraçado: ele fala mal do Governo Agnelo, mas quem deu os aumentos das tarifas do transporte, Deputado Joe Valle, foi ele, que não conseguiu romper o laço de corrupção que havia no passado – e não só manteve, como ampliou. Quando começou o burburinho sobre essa operação da Terracap, a gente soube que houve cargos da Terracap que foram extintos.

Eu trago essa informação nesta tarde, porque, como as pessoas no passado me repudiaram, tenho certeza de que há muitos aqui que vão defender o Governador, achar que o Governador é correto e está vivendo um momento... Daqui a três anos, quem sabe Sr. Presidente, ou daqui a dois anos... Porque eu acho que só ele tem a convicção de que vai ser reeleito.

O Rodrigo Rollemberg é o Governador mais rejeitado, ele conseguiu estar pior do que o Agnelo. Acho que está tão mal assessorado, cercado de tanta gente que puxa o saco dele, que ninguém tem a coragem de dizer para ele o seguinte:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	13

“Meu filho, faça o bem para Brasília e esqueça reeleição”. Porque, acho, a reeleição ele não consegue.

Acho que ele estava tentando minar todos os possíveis candidatos que iriam disputar com ele – e faz isso até hoje –, porque parece que tem pavor de ver qualquer pessoa que venha aparecer e brilhar. Mas a gente não precisa ter medo de ninguém, a gente precisa confiar no nosso trabalho, confiar nas nossas ações.

Eu quis falar disso nessa tarde de hoje para quando eu voltar a esse plenário. E vou voltar, Sr. Presidente, V.Exa. pode ter certeza de que isso não acabou e envolve, sim, esse governo atual.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Concedo o aparte a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, primeiramente quero agradecer a V.Exa. por me permitir esse aparte.

Eu gostaria de destacar aqui um fato muito interessante: primeiro, foi noticiado que um dos caguetes teria dito...

O Deputado Chico Vigilante levantou-se quando ouviu a expressão caguete. É porque caguetar é exatamente o que o sujeito está fazendo. Hoje em dia parece que é politicamente correto chamar de colaborador premiado. Mas eu sou um arcaico, eu sou atrasado, lá no Piauí o nome disso é caguete.

Um dos caguetes teria dito que o PSB, dois governadores tinham recebido propina. Ele falou propina, mesmo. E ele listou. Alguns veículos de comunicação, não sei se de boa-fé, têm dito o seguinte: ainda há uma dúvida. Mas não, não há mais dúvida nenhuma, está na relação do cara.

Outra coisa, Deputada Celina Leão: eu tive o mesmo cuidado que V.Exa. teve e fiz um quadro comparativo de quanto a JBS... Eu não sabia que esse negócio de ser açougueiro dava tanto dinheiro, não, porque, segundo no quadro, o que essa empresa recebeu do Governo do Distrito Federal ao longo dos anos é uma grandeza. O que me interessa, porém, é ficar nos tempos atuais. V.Exa. veja que, tão logo assumiu, Sr. Presidente, o Governador Rodrigo Rollemberg mandou pagar 4 milhões e 700 mil – no ano de 2015. E, no ano de 2016, mandou pagar 7 milhões e 900. Então, são situações realmente complicadas.

Eu vou dizer uma coisa: os outros caguetes devem estar morrendo de raiva do jeca lá, o caguete jeca, que foi para os Estados Unidos. Sabe por quê? Porque, poxa, o cara conseguiu em um único dia – em um único dia! – atentar contra a economia nacional e ganhar 1 bilhão de dólares. E foi para os Estados Unidos tendo a cobertura luxuosa da Vênus Platinada. É uma beleza! E aí, qual será o tratamento que vai ser dispensado aos futuros caguetes?

Deputada Celina Leão, era só mesmo para acrescentar esses dados e para parabenizá-la por trazer esse assunto. Quero dizer que realmente a cidade está

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	14

muito triste porque dois ex-governadores e um ex-vice-governador foram presos e isso só pode entristecer a nossa cidade sem prejuízo de adentrar o mérito até porque o mérito será discutido ao longo do tempo, mas é um dia de muita tristeza para a política do Distrito Federal.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, quero parabenizar V.Exa. V.Exa. própria disse que participou da campanha, eu não participei da campanha do Rollemberg porque o meu partido disputava com o Governador.

Nesse mar de denúncias, eu pelo menos tenho uma convicção: eu sempre vim aqui defender os projetos. Defendi os projetos do Agnelo que eram bons para a sociedade e defendo também os do Governador que forem bons para a sociedade. Agora, uma coisa precisa ser dita, a verdade aqui precisa ser dita sobre essas contribuições – até o governo do meu estado recebeu quase 8 milhões, foi muito mais prestigiado do que os 800 contos aqui para o Governador. Sobre as quarenta operações, Sr. Presidente, eu quero fazer a defesa do Governador porque, inclusive, ele recebeu pelo partido e as quarenta eram assim: pagamento de telefone, pagamento disso, pagamento daquilo, de maneira extremamente detalhada a destinação dos recursos, mediante as provas de que realmente o serviço ou a aquisição tinham sido feitos.

Ora, mais cabal do que a contribuição foi a rejeição pelo próprio Governador Rodrigo Rollemberg de benefício fiscal de carne processada que foi pleiteada pela JBS no Governo do Distrito Federal, foi rejeitada. Não pode um Governador que esteja comprometido rejeitar apenas um incentivo que é uma coisa que é defensável, mas mesmo assim o Governador Rollemberg não aceitou o incentivo, a redução de impostos na carne da JBS, o que demonstra de maneira cabal que ele realmente recebeu uma contribuição como a maioria de outros que receberam, de maneira formal, através do partido, e que ele, ao utilizá-la, fez de maneira detalhada, analítica. Quando falo em quarenta operações é porque ele prestou conta até de coisas insignificantes.

Ora, ninguém tem bola de cristal, Deputada Celina Leão, nesse sentido dos comportamentos das pessoas, nós jamais teremos controle sobre isso. Entretanto, de matérias que tramitam, de projetos que tramitam oficialmente nesta Casa, de projetos que têm o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população ou até mesmo alguns procedimentos que são verdade, a gente tem a obrigação de defender porque, se a gente não defender o que for verdade, depois vão plantar mentira e a gente não tem como cobrar dos colegas, os Deputados, que rechacem essas mentiras.

Então, Deputada Celina Leão, o que estou fazendo é apenas essa explicação sobre os procedimentos da destinação da verba recebida pelo Governador através do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	15	

partido, que foi feita de maneira detalhada. O que extirpa de qualquer maneira a forma de ser contaminado é o fato de ele ter rejeitado a redução dos impostos em cima da carne processada da JBS. Deixo de maneira cabal que o Governador Rodrigo Rollemberg está fora disso.

DEPUTADO DELMASSO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Deputada Celina Leão. Gostaria de parabenizar V.Exa. pelo assunto trazido.

Tudo que está acontecendo, não digo que é, vamos dizer assim, o início da sujeira ou a revelação da sujeira, mas é o início da limpeza que acontece no nosso País. Acredito que o Congresso Nacional, Deputada Celina Leão, acertou, no ano de 2015, ao aprovar a proibição de contribuição de empresas para as campanhas eleitorais. Acredito que, com todo esse processo, o Congresso Nacional deva manter essa proibição nas eleições de 2018.

Em relação à doação que algumas empresas fizeram à campanha de diversos governadores aqui, do Distrito Federal, vale ressaltar que, à época, isso era previsto na legislação e elas eram autorizadas a isso.

Deputado Agaciel Maia disse que o Governador Rodrigo Rollemberg rejeitou o incentivo fiscal para a JBS, numa solicitação feita por ela, para poder instalar um centro de distribuição de carne processada. Esse benefício fiscal foi dado em outros estados, inclusive, relacionados pelo próprio delator, que citou o valor da propina e a origem do projeto que foi colocado. Inclusive, em alguns estados, como o Estado de Minas, o recurso parece-me que foi repassado com base em incentivos fiscais dados pelo governo do estado, principalmente, no que se refere a ICMS.

É interessante e é natural que isso seja investigado, sim. Os delatores da JBS disseram que, dos três governadores eleitos, dois receberam propina. Um deles foi citado, que foi o Governador do Estado de Pernambuco. Eu acredito que ação do governo de abrir o processo investigatório para todas aquelas empresas citadas na Lava-Jato já demonstra a boa-fé do gestor que está hoje à frente do Distrito Federal.

Da mesma forma, eu vim aqui à tribuna e pedi que esta Casa aprovasse o requerimento de minha autoria que determinava aos órgãos de fiscalização do Distrito Federal que fiscalizassem todas as empresas que foram citadas ou que estão sendo investigadas na operação Carne Fraca. Eu vim, apresentei esse requerimento. Alguns Deputados o assinaram comigo. Certo? A Mesa Diretora já aprovou essa proposição e agora estamos aguardando o desdobramento. A JBS foi uma das empresas citadas na operação Carne Fraca.

Deputada Celina Leão, eu acredito e confio no trabalho de V.Exa., que sempre, na Oposição, foi pautado pela transparência e pela legalidade, e, acima de tudo, pelo esforço em trazer a verdade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	16

Como V.Exa. bem disse no início, eu também não participei da campanha do Governador Rodrigo Rollemberg. Vim, no segundo turno, para apoiá-lo. No primeiro turno, estive em outra coligação, mas, no finalzinho do segundo turno, apoiamos o Governador Rodrigo Rollemberg e acredito que tenhamos conseguido contribuir com a eleição de S.Exa.

Por conhecer um pouco o Governador... S.Exa. pode ter todos os defeitos do mundo: pode ser intransigente ou pode ter outros defeitos, mas, do pouco que conheço da história e da vida política de S.Exa. – estou dizendo pela pessoa que eu conheço, não trabalhei junto com ele, mas trabalhamos na mesma legislatura: eu era o coordenador da bancada do Distrito Federal, enquanto ele era Deputado Federal –, uma coisa que eu posso ver, pelo que eu conheço até hoje, é que S.Exa. é uma pessoa que tem a legalidade como princípio. Pelo que eu conheço até hoje! Posso estar equivocado, mas, pelo que conheço até hoje, S.Exa. é uma pessoa que tem a legalidade como princípio.

Obrigado pelo aparte que V.Exa. me concedeu.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Obrigada, eu peço a incorporação da fala dos nossos colegas ao meu pronunciamento.

Para encerrar, Sr. Presidente, eu queria fazer uma observação, Deputado Raimundo Ribeiro. Se fosse qualquer um dos nossos colegas aqui, numa delação como a do Joesley, que fala que deu, que não deu, sem uma contrapartida, e que todos os estados tinham contrapartidas, eu tenho a certeza de que vocês estariam em todos os noticiários.

Acontece que a força do governo ainda é muito grande, Deputado Raimundo Ribeiro, e esses inquéritos estão sendo desmembrados em vários outros inquéritos. As pessoas perguntam: "Poxa, por que não está na mesma operação?". É claro! A prerrogativa de foro hoje é o STJ. Não é a Justiça Federal, como nesse caso de hoje, que aconteceu no estádio Mané Garrincha.

Então, ainda há muita coisa para passar embaixo dessa ponte. Ainda há muita coisa para acontecer. Então, só faço este alerta, no dia de hoje, Deputado, porque V.Exa. imagine – vou dar um exemplo, Deputado Joe Valle –, quando se fala na Drácon, todas as testemunhas e donos de empresas foram ouvidos! Todos eles negam! Todos eles negam essa farsa! Aí, na JBS o cara assume, diz que deu, que tinha contrapartida, e o Governador se diz inocente. Eu quero falar que ele é muito menos inocente do que as armadilhas que tenta fazer contra esta instituição e contra os colegas que aqui estão. É só comparar! É só comparar!

Vou finalizar, para não tomar a tarde de todos os colegas. É grave, Sr. Presidente. Eu estou, inclusive, propondo, uma CPI da JBS, para que possamos discutir isso com mais profundidade, pegar esses relatórios, porque essa delação foi desmembrada. O que eu acho mais complicado no Governo Rollemberg é a hipocrisia, e essa hipocrisia será desmascarada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Permite-me V.Exa. um aparte?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	17	

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputada, só quero fazer um esclarecimento, porque ouvi atentamente a palavra do Líder do Governo, Deputado Delmasso. S.Exa. disse que foi citado nominalmente um Governador do PSB.

Na verdade, foram citados dois. A reportagem trouxe dois. Inclusive o portal *Metrópoles* faz duas matérias. Uma fala que o cagete Jeca teria dito que todos que receberam sabiam que era propina, mesmo os que recebiam como doação oficial. Essa é a primeira reportagem do portal *Metrópoles*. A segunda mostra o documento entregue por ele, em que ele relaciona os dezesseis governadores. E lá está muito claro, abaixo do nome de Paulo Câmara, Governador de Pernambuco, o nome do Governador Rodrigo Rollemberg, Distrito Federal.

Só para esclarecer, viu?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputada Celina Leão, sem querer entrar na personificação dos envolvidos ou dos supostos, acho que a gente tira definitivamente uma conclusão de tudo isso que vem acontecendo no País.

Se me permite aqui fazer um breve histórico, quando o grupo político ao qual pertenco, formado majoritariamente de professores, decidiu que o meu nome era o ideal para uma candidatura a Distrital, eu estabeleci algumas diretrizes para aceitar essa labuta, e uma delas era não aceitar doação de campanha de quem quer que fosse. Cada centavo da minha campanha saiu do meu bolso. Não que eu veja erro em 100% de tudo que acontece, mas uma gota de veneno numa caixa d'água contamina o todo. Eu não queria ver envolvido em nada daquilo meu nome, nem o das pessoas que me acompanham nessa labuta.

Então, gente, é a prova clara de que ou o Brasil acaba com o financiamento de campanha da forma como está – e isso tem que partir de todos os Parlamentares, desde vereador até senador, defendendo isso e não aceitando isso – ou nós vamos sangrar por mais um século, pelo menos.

Não adianta criticar as pessoas, tem que se criticar a estrutura. Claro que quem fez coisa errada tem que pagar, mas financiamento de campanha ou é público ou é público somado a individual – com percentual definido na declaração do imposto de renda de cada candidato. Qualquer coisa fora disso é crime. É por isso que este País tem que lutar, senão a gente vai manter essas relações inescrupulosas entre Executivo, Legislativo, tribunais de conta e setor produtivo disfarçado. Ou a gente muda tudo isso ou este País vai sangrar por toda vida.

Desculpem-me. É quase um desabafo isso aqui. Obrigado, Sr. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	18	

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou observando que está na Ordem do Dia o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2017. Verificando o PDL, eu observo que ele remete a um convênio cuja validade encerrou no dia 30 de abril de 2017. Então, não faz mais sentido fazer remissão a uma lei que já não existe.

Os relatores terão que corrigir para saber que eles estão se baseando em uma lei que é uma decisão, um convênio do Confaz, cláusula 1ª, que é o convênio do ICMS nº 107, de 2 de outubro de 2015. A cláusula 1ª diz o seguinte, Sr. Presidente: "ficam prorrogadas até 30 de abril de 2017 as disposições contidas nos convênios a seguir indicados".

Então, eu entendo que essa matéria está prejudicada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, acato a solicitação e peço ao Líder do Governo que venha à Mesa, porque esse projeto já passou tanto pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças quanto pela Comissão de Constituição e Justiça, com aprovação.

Dando continuidade aos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado pela deferência.

Muito boa tarde a todos e a todas.

O que me traz à tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, é um questionamento que foi levantado na última semana pela imprensa. Trata-se de matéria do *Jornal de Brasília* que fala do novo cálculo do IPTU, que, diga-se de passagem, já chegou à casa dos contribuintes. A matéria traz uma entrevista, um questionamento, com o Dr. Erich Endrillo Santos Simas, um conceituadíssimo tributarista da cidade que representa uma comissão de assuntos tributários da OAB/DF.

Ele traz temas que são para esta Casa refletir, realmente, porque o novo sistema de cálculo do IPTU no Distrito Federal pode estar eivado tanto de injustiças quanto de ilegalidades. Eu falo porque o parâmetro que será usado agora pelo Governo do Distrito Federal, primeiro não teve nenhuma normatização aqui nesta Casa. Então, a partir daí, como o governo está implantando isso para 2017, já surge uma dúvida.

Ora! Eu não sou tributarista, minha formação é em Direito, e não é a minha área de atuação a questão tributária. Mas, se o governo já quer implementar esse novo método e se esse método gera aumento no imposto, ele deveria, a meu ver, seguir o princípio da anualidade. E não já efetivar isso para este ano, porque o que está colocado aparentemente vai gerar aumento considerável para o contribuinte. E

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	19

digo mais, fez isso sem nenhuma anuência da Câmara Legislativa do Distrito Federal, pelo menos a meu ver.

Outro ponto que nós estamos levantando, e que foi também colocado na matéria pelo Dr. Erich, fala sobre a questão do georreferenciamento, que por mais que seja uma ferramenta moderna, uma ferramenta que hoje é utilizada com várias aplicações na vida moderna, pode, sim, implicar em aumento também de imposto para o contribuinte.

Isso nos gera uma dúvida imensa, Sr. Presidente, nos gera, inclusive, uma inquietude; porque, ao que parece, o governo pretende resolver as suas questões financeiras ou colocando a culpa no servidor público, e está virando quase um mantra dizer que o governo gasta muito com o servidor público, ou sobrecarregando o contribuinte, seja ele do empresariado ou pessoa física.

Portanto, eu já entrei, Sr. Presidente, com um requerimento de informação nesta Casa, que é o Requerimento nº 2.720, de 2017, com uma série de questionamentos para o GDF sobre esse método. De qualquer forma, não está descartada uma representação junto ao Ministério Público no sentido de avaliar essa questão do IPTU.

Não podemos admitir nos dias de hoje que, além de toda a dificuldade política por que o País passa, por que o Distrito Federal passa – num momento extremamente triste na história do Distrito Federal, como tivemos hoje –, ainda impor sobre o cidadão, sobre o empresário, sobre aqueles que pagam o IPTU uma sobrecarga, um aumento na despesa do dia a dia. O governo, infelizmente, não retribui na mesma medida os impostos recolhidos no Distrito Federal, que é uma unidade privilegiada.

Todos sabem que nós temos função híbrida. O IPTU, que é um imposto municipal, é cobrado no Distrito Federal. Então, ele já arrecada de tudo quanto é jeito, Deputado Wasny de Roure, e ainda fazerem manobras para aumentar a carga para o cidadão! Eu efetivamente não concordo com isso.

Deputado Wasny de Roure, vou conceder um aparte a V.Exa., que é o nosso decano na economia.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Foi feito isso no passado, mas não dessa forma.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Nós estamos enviando um requerimento de informação. Eu quero pedir ao Governo do Distrito Federal que comece a observar os requerimentos de informação. Deputado Joe Valle, Presidente desta Casa. Tenho pelo menos cinco requerimentos de informação que não foram respondidos no tempo previsto no dispositivo da Lei Orgânica.

Quero dizer em alto e bom tom que aquele secretário que não responde no prazo estipulado ou que falta com a verdade, incorre em crime de responsabilidade. Isso está previsto na Lei Orgânica. O secretário de estado que recebe requerimento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária
				20

desta Casa, seja de Parlamentar de Oposição ou de Situação, tem obrigação legal de responder.

Espero que esse seja respondido no tempo hábil. Nós estamos sendo tolerantes, mas tudo tem limite. Essa desobediência, nós podemos inclusive representar junto ao Ministério Público, para que seja cumprido o que está na Lei Orgânica do Distrito Federal.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Cláudio Abrantes, eu realmente observei que cresceu bastante o incremento. Ocorre que, na realidade, o cadastramento pode ocorrer, desde que seja um ato voluntário do contribuinte.

Eu creio que o governo deveria ter dado essa oportunidade pelo mesmo método utilizado à época do Governo Cristovam, quando ele fez a remissão dos anos anteriores, e aí passa-se a cobrar. Só que, para isso, existe um processo educativo de conscientização. Se você amplia a estrutura física da construção do seu imóvel, naturalmente amplia o IPTU.

Ele faz essa medição via satélite, um sistema altamente eficiente. Ele identifica o crescimento que foi feito, mas não há uma confissão por parte do contribuinte. Esse seria o método que o governo poderia fazer para atrair a confissão e o reconhecimento de que, de fato, o contribuinte ampliou suas instalações. São legítimas as cobranças. Isso evitaria dissabores, pois não se pega o contribuinte desavisadamente, sem dar a ele a oportunidade de poder fazer voluntariamente esse gesto de reconhecimento da ampliação da construção.

É lamentável, porque poderia ser feito de maneira muito mais pacífica e consensual por parte da população, do que um momento de tumulto, como nós vamos viver até que o governo reconheça em que parâmetro vai se dar essa revisão dos valores.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Perfeitamente, Deputado Wasny de Roure. Agradeço o aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

Um dos princípios da administração pública – isso faz parte do nosso requerimento de informação e está aqui o nosso constitucionalista, o Deputado Chico Leite – é o princípio da publicidade. As coisas são feitas assim, de forma açodada, sem dar muito conhecimento, e, quando o cidadão recebe em sua casa os carnês, como estão chegando hoje, inevitavelmente, estão todos majorados.

Isso nós precisamos ver, estou me inteirando. Vou à OAB conversar com a Comissão de Assuntos Tributários e Reforma Tributária da OAB para entender esses questionamentos. Volto a afirmar: espero que o Governo do Distrito Federal dê uma resposta plausível e em tempo, a julgar pelo requerimento de informação que nós apresentamos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	21	

Sr. Presidente, era isso. Muito obrigado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Agradecido.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (Rede. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou precisar me retirar, mas conversei com os integrantes do bloco e, por dever de transparência, ontem na reunião do Colégio de Líderes acertamos que o PLC nº 95 viria ao Plenário mediante consulta. Vários Deputados se manifestaram sobre esse PLC, eu conversei com Deputados do nosso bloco. O nosso entendimento, nesse primeiro momento, é o de prudência.

Existe um pedido de audiência pública da Deputada Celina Leão para discutir o tema do PLC nº 95. Portanto, estamos encaminhando para aguardarmos e não votarmos o PLC hoje. Vamos aguardar e dar prosseguimento à discussão. Vamos nos aprofundar no tema e, conforme for, no momento adequado, faremos a votação. Perfeito?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a questão do Deputado Cláudio Abrantes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, acho que o Brasil inteiro está acompanhando no dia de hoje a tramitação desse projeto chamado reforma trabalhista, que na verdade é a destruição dos direitos dos trabalhadores brasileiros.

Eu estava verificando agora que o relator deu parecer favorável, mas o Senador Renan Calheiros – a posição do Senador Renan é importante –, junto com os Senadores de Oposição do PT, PDT, REDE e outros Senadores, estão se posicionando também contrários à votação. É incrível que neste País do faz de conta, um sujeito golpista, que não terá mais de duas semanas de mandato – até porque tinha usurpado um mandato que será devolvido ao povo –, queira tentar demonstrar normalidade, votando uma excrescência, que é esse projeto da reforma trabalhista.

Está todo mundo estarelecido com a questão da carne fraca, Deputado Chico Leite, mas esse projeto da reforma trabalhista tem muito mais corrupção do que tem a questão da carne fraca. Para quem não sabe, o relatório desse projeto foi preparado num dia de sábado, na Confederação Nacional da Indústria, com a presença da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Imaginem o quanto custou para destruir o direito dos trabalhadores, mentindo para a sociedade e dizendo que vai gerar emprego. Vai gerar nada! Vai precarizar, vai transformar em escravos.

Amanhã eu acredito que o povo brasileiro vai dar a resposta. Amanhã nós teremos um ato chamado Ocupa Brasília. Estão vindo caravanas de trabalhadores do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	22	

País inteiro para tomar conta do Distrito Federal, especialmente da Esplanada dos Ministérios, para mostrar que o povo brasileiro não aceita a votação desse projeto imoral, indecente, inconstitucional, que é o projeto da destruição dos direitos dos trabalhadores. Portanto, amanhã eu estarei lá e espero que os Deputados que tenham compromisso efetivo compareçam também, para dar uma força.

Faço um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg no sentido de não permitir violência contra os manifestantes, até porque eles estão vindo em missão de paz. Estão vindo aqui clamar por direitos, pela não retirada de direitos. Não é correto que a polícia venha a espancá-los. É muito importante o comparecimento de todos. Amanhã será um marco. Não tenho dúvida de que o Ocupa Brasília vai contribuir para abreviar o mandato desse usurpador chamado Michel Temer, que jamais deveria ter ocupado o Palácio do Planalto. Hoje ele é motivo de vergonha internacional. O mundo inteiro volta as costas ao Brasil em função desse usurpador que está lá no Palácio do Planalto.

Nesse último minuto, Deputado Joe Valle, quero parabenizar V.Exa. Há um assunto que venho acompanhando há algum tempo, que é a questão do Museu da Educação do Distrito Federal, que, na verdade, será a escola das escolas, não é um museu qualquer. Será capitaneado pela Professora Eva, que tem pós-graduação no exterior, é uma professora da Universidade de Brasília, dedicou a vida inteira à educação e é esposa de um homem brilhante, o advogado José Oscar Pelúcio, que sempre se posicionou ao lado dos trabalhadores.

Na audiência de hoje, de que tive a oportunidade de participar do começo ao fim, creio que nós encontramos a saída para o Museu da Educação. Até porque já conversei ali com V.Exa., com o Secretário José Flávio, com o Secretário Adjunto Wilson e já está garantido o recurso para que haja a licitação. Portanto, isso dá tranquilidade, isso nos traz felicidade.

Essa obra, Presidente Joe Valle, vai começar ainda este ano. Eu, que não faço parte da base do Governador Rodrigo Rollemberg, faço questão de estar na inauguração dessa escola das escolas, que é o Museu da Educação do Distrito Federal, Deputado Chico Leite. É uma obra fantástica, algo extraordinário, uma obra futurista que Brasília merece e que nós vamos viabilizar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. O Deputado Wasny de Roure também esteve presente, não pessoalmente, mas sempre ajudando o museu. Estava hoje numa solenidade emocionante nesta Casa.

Eu queria também fazer um convite a todos. Amanhã pela manhã, o Presidente da Federação das Indústrias convida os Deputados para o lançamento da Agenda Legislativa da Indústria do Distrito Federal, que é proposta para o desenvolvimento industrial do Distrito Federal. Todos receberam o convite. Estou apenas reforçando que será amanhã, quarta-feira, às 10h.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	23	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa., se possível, conforme discussão no Colégio de Líderes, a inclusão na pauta, como itens extrapautas, do Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2016; do Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2017; e do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2017. Solicito isso pedindo vênica ao Deputado Cláudio Abrantes, tendo em vista que esta Casa já promoveu uma reunião técnica e talvez ainda precisasse da discussão de algumas emendas. Então, eu queria pedir a V.Exa., caso V.Exa. consulte os Líderes, a inclusão na pauta de hoje.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Já estamos com isso feito. Agora vamos fazer a discussão do item extrapauta nº 3, que é o PLC nº 95, de 2017.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se o Líder do Governo prestou atenção. Os dois PDLs se reportam a um convênio que venceu no dia 30 de abril deste ano. É o Convênio ICMS nº 107. Passei o material para a Patrícia, que é a assessora do Deputado Prof. Reginaldo Veras, e ela o está analisando, mas me parece que esse PDL está prejudicado.

Sugiro a V.Exa. que, antes de colocar em votação, esclareça isso para os Srs. Deputados, porque há problemas, pelo que pude entender, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Então, eu peço ao Líder do Governo que faça essa verificação e traga aqui para que possamos iniciar a votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é apenas para que fique registrado aqui que a Comissão, o Presidente e o Relator, está assinando a notificação e que a Secretaria da Comissão de Ética, o Secretário vai ficar responsável por notificar a Deputada Sandra Faraj. Portanto, é apenas para não ficar dúvida nenhuma. Já está aqui assinada. Nós vamos passar junto com a cópia completa do processo, para que a Deputada faça a defesa dela nos termos regimentais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	24

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato a solicitação de V.Exa.

Encerro os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria reforçar o convite que o Deputado Chico Vigilante fez aqui no que diz respeito ao dia de amanhã. Eu acho muito importante que os Srs. Parlamentares... Não é um ato do PT, é um ato da Frente Brasil Popular, tem movimento sindical de toda natureza, da CUT à Força Sindical, do Paulinho da Força. Então, não é um movimento restrito a um campo político. Essa manifestação amanhã é algo extremamente importante.

No entanto, eu queria fazer um apelo ao Comandante da Polícia Militar. Que ele coloque a Polícia Militar para olhar as nossas escolas e não para jogar gás de pimenta, de que muitos reclamaram nas últimas manifestações, Deputado Chico Leite. É uma conduta extremamente antidemocrática que têm feito e fizeram no dia 28, quando vedaram a entrada de carros de som na Esplanada dos Ministérios. Isso, pela primeira vez, ocorreu na história de Brasília. Nem nos períodos mais duros desta cidade se viu um quadro tão perverso para intimidar as manifestações populares como o que nós assistimos aqui no Distrito Federal.

Naturalmente, o nosso Presidente golpista não tem essa percepção do cheiro do povo, do convívio com a população e, então, quer se ver distante num momento tão crucial.

Sr. Presidente, eu me inscrevi no dia de hoje para trazer aqui a peça que as entidades dos servidores construíram. Inclusive esta minha cópia não está assinada. Ontem, houve uma ampla audiência pública, em que estavam as direções dos sindicatos do Distrito Federal, sobre o Projeto de Lei Complementar nº 106, de 2017.

Eu queria ressaltar para os colegas Deputados as infrações inconstitucionais que o projeto de lei proposto apresenta, não apenas por esse estudo apresentado pelas entidades sindicais, Deputada Luzia de Paula.

Sr. Presidente, o próprio parecer da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa aponta uma série de infrações constitucionais do projeto de lei, até porque o governo propõe demissões de servidores públicos, quando nem foi concluída a votação de um projeto de lei federal de 1998 sobre o tema no Congresso Nacional.

Quer dizer, S.Exa. atropela aquilo que ainda tem que acontecer no Congresso Nacional. Felizmente, por um apelo que foi feito aqui no plenário, o governo retirou o regime de urgência da matéria. Consequentemente, faço um apelo aos colegas, independentemente do voto que vão conferir a esse projeto de lei. Que observem a análise feita aqui pela Casa, como também pelas entidades sindicais.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2017		16h10min	45ª Sessão Ordinária	25

Eu diria: há um senso de corporativismo? Acredito que há. Ninguém aqui desconhece o corporativismo da história da organização sindical do servidor público. É necessária a avaliação. Não há dúvida de que hoje isso é um parâmetro que tem de ser considerado na avaliação promocional de mérito do servidor público. Contudo, vamos obedecer à Constituição, vamos fazer as coisas dentro daquilo que a Constituição permite que façamos. Nós estamos aqui infringindo, por iniciativa do Governo do Distrito Federal, uma série de procedimentos. Inclusive, fiquei bastante assustado, Deputada Luzia de Paula. Foi uma proposta em que votei contra, mas há propostas de muitos servidores públicos que vêm encontrando respaldo em entidades sociais, sobre o uso do Iprev, imputando ao Governador sérios riscos do ponto de vista de erro cometido.

Todos aqui sabem que, por recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, as assembleias legislativas não precisam mais opinar sobre a autorização de pedidos de impedimento ao governador. Nós estamos enfrentando isso lá em Minas Gerais como também, recentemente, em outras esferas estaduais. A dinâmica hoje cresce.

Inclusive, eu acabei de subscrever uma proposta de emenda constitucional do Deputado Cláudio Abrantes, em que S.Exa. já não considera apenas o fórum do Legislativo e, sim, a decisão do Supremo sobre esses procedimentos.

Então, quero pedir aos colegas que analisem com cuidado essa matéria, antes que ela venha a plenário. Trata-se de uma matéria altamente sensível. E o governo não fez um trabalho como o que foi feito na Lei Complementar nº 840, Deputado Chico Leite, que é o Regime Jurídico Único do Servidor Público, Deputado Joe Valle. Muitos servidores podem ter essa ou aquela discordância, mas há uma coisa de que nenhum deles discorda: a matéria foi amplamente debatida pelos servidores públicos, nas mais diferentes organizações, associações, conselhos, enfim.

Queremos chamar a atenção do governo para que o Projeto de Lei Complementar nº 106 seja analisado na sua inteireza e a matéria não seja fatiada, emendada, identificando-se as inconstitucionalidades que o projeto prevê.

Mais uma vez: não é o Deputado Wasny de Roure que está falando. Estou trazendo aqui aquilo que são estudos apresentados pelos servidores e estudos produzidos nesta Casa, pela unidade que é competente para analisar o caráter de constitucionalidade de projetos de lei protocolados.

Muito obrigado.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui buscar as informações solicitadas pelo Deputado Wasny de Roure.

Os dois PDLs que citamos realmente expiraram no dia 30 de abril, mas foram prorrogados pelo Convênio de ICMS nº 49. Existe um projeto de decreto legislativo, até de minha autoria, que prorroga esses convênios.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	26

Então, Deputado Wasny de Roure, esse PDL que fala exatamente sobre a homologação do Convênio nº 49 e que prorroga esses dois convênios ainda não foram analisados na Comissão. O governo se compromete a encaminhá-los na próxima semana, para que possamos incluí-los na pauta.

Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar o pedido para que possamos votar o PLC nº 95, de 2017, com as discussões das emendas que foram apresentadas, que...

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Delmasso, permita-me um esclarecimento. O governo vai retirar esse PDL e vai encaminhar...

DEPUTADO DELMASSO – Vai encaminhar outro que vai tramitar em conjunto com o de minha autoria, que é o PDL nº 282, de 2017, que homologa o Convênio 49, que prorroga esses dois convênios que foram citados nesse PDL.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Está certo.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Fico feliz, pois pelo menos o Líder do governo reconhece que houve um equívoco que precisa ser corrigido.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Fica retirado de pauta, então, o PDL referente ao item extrapauta nº 2, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 289, de 2017. Retirado de pauta.

Consulto os Deputados se algum deles quer fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

O Expediente lido vai à publicação.

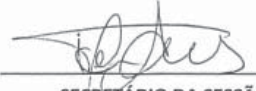
PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados, para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA 7ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2017	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM		
DATA: 23/05/2017		
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS		

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CELINA LEÃO	PPS		1
4	CHICO LEITE	REDE	1	
5	CHICO VIGILANTE	PT	1	
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1	
8	DELMASSO	PODEMOS	1	
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB		1
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV	1	
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			15	9

QUÓRUM	
15	PRESENTES
9	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	27

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Estão presentes 15 Deputados, havendo, portanto, quorum regimental.

Consulto os Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento dos itens de nº 1 a 139, relativos aos vetos da Ordem do Dia, e votarmos as demais proposições da Ordem do Dia e os itens extrapauta.

Trabalhamos ontem no Colégio de Líderes. Houve um acordo para trazermos a plenário o PLC nº 95, para discussão das emendas. Tivemos aqui a colocação, e eu pego o Vice-Líder do nosso bloco, porque o Deputado Cláudio Abrantes, como Líder, deixou uma observação... Eu gostaria de fazer uma consulta aos Líderes sobre se há acordo para votação do PLC nº 95, com as emendas que foram apresentadas.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela liderança do Governo, peço que a bancada do governo possa pedir a votação do referido projeto.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer aos colegas o seguinte: esse projeto é um projeto amplo, de ampla discussão. Há uma audiência minha já marcada para o dia 30 para fazermos a discussão desse projeto.

Eu acredito também que a formatação do projeto de lei que veio para a Câmara fere o princípio da constitucionalidade. Nós tivemos uma ADIn nesse sentido. O governo fala que está sendo extinto lei por lei, mas, na mesma lei, isso como técnica legislativa, no passado, também já tivemos uma arguição de inconstitucionalidade.

Então, Sr. Presidente, em nome do debate, do pluralismo desta Casa, peço que votemos o projeto depois de fazermos a nossa audiência pública.

Não há acordo, Sr. Presidente, por parte do nosso bloco.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Ricardo Vale, Líder do PT?

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Há acordo, mas votando-se as emendas também. Se não me engano, são cinco ou seis emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Isso.

Deputada Celina Leão: não há acordo.

Deputado Prof. Reginaldo Veras?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acordo, com emendas. Lembro que o nosso Líder deixou aqui a recomendação de que não há acordo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	28

Deputado Agaciel Maia?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acordo.

Deputado Juarezão?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Telma Rufino, há acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Com emendas.

Deputado Delmasso: há acordo.

Deputado Cristiano Araújo, há acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Julio Cesar: ausente.

Deputado Lira, há acordo?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia solicitado a V.Exa. que tivéssemos a oportunidade de conversar com a Procuradoria sobre o parecer que eles emitiram, do qual, inclusive, a maioria dos colegas não têm conhecimento, e acho muito importante ouvir a Procuradoria nessa matéria.

De toda maneira, se for colocado em votação, meu voto será contrário. Está por escrito e quero protocolá-lo, mas isso se V.Exa. abrir para votação e debate.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, perfeito.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho que esta Casa é uma Casa plural e nunca atropeliei os colegas.

Fiz um pedido, inclusive, à Secretaria da Fazenda, que esteve aqui e veio discutir o projeto conosco esta semana: que encaminhasse o orçamento de todos os fundos, porque havia uma constatação, por parte da Secretaria da Fazenda, de que esses fundos não tinham atividade. Isso também não chegou ao meu gabinete. A Secretaria não encaminhou essa listagem, o que foi uma demanda solicitada a nós na reunião que houve aqui na Câmara.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	29

Peço aos colegas que deixem para votarmos isso depois da audiência pública. Inclusive, estou na disponibilidade, Sr. Presidente, de que a gente até antecipe a data da audiência pública, se algum colega abrir mão da data, pois eu só coloquei dia 30 porque não havia outra data.

Sr. Presidente, nós não estamos votando aqui só a lei que permite ao Governador utilizar os fundos. No meu entendimento, Sr. Presidente, aconteceu, por parte do Governo do Distrito Federal, um crime de responsabilidade; e, se os Deputados votarem a lei conforme o governo quer, sabem que estão votando para realmente tentar burlar um crime que já foi cometido, que é um crime de responsabilidade: utilizar fundos como foram utilizados os fundos da Adasa.

E tem mais, Sr. Presidente, o projeto de lei cita usar a previdência social. Também existe outra investigação no Tribunal de Contas, porque há o uso indevido da previdência social, do Fundo Constitucional, que o Estado não tem usado, também, dentro da legalidade. Então, por isso, está inserida aí essa questão da previdência social.

Eu não estou de acordo para votar isso, Presidente. Faço um apelo aqui, em nome da democracia, para que a gente não vote isso. Inclusive, representamos na PGR, coloquei que há um projeto de lei para ser votado aqui para que o Governador não responda pelos crimes pelos quais já cometeu. Ele tenta burlar a lei. Acho que é uma discussão muito grave. Não é só sobre retirar e usar o dinheiro dos fundos, é usar o superávit das empresas públicas, autarquias, órgãos, entidades da administração direta e indireta, além da previdência social.

Presidente, é algo muito grave. Eu acho que a gente tem de discutir um pouco mais, até para não deixar os colegas em situação de dificuldade ao votar isso e dar a anuência ao governo de algo que é ilícito e que ele praticou.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, Deputada Celina Leão.

Minha posição pessoal é votar contrariamente ao projeto. Foi colocado no Colégio de Líderes ontem, e houve um acordo para o trazermos a plenário. Consultei os Líderes, e há maioria. Nós vamos, então, colocar em votação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consulta aqui. Creio que o governo não vai querer perder o projeto, porque ele não teria os votos, se V.Exa. contar. Eu, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Raimundo Ribeiro vamos votar contrariamente. É um projeto de lei complementar, são necessários 13 votos. Inclusive, há uma dificuldade aqui para o próprio governo, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há acordo dos Líderes, com exceção da Deputada Celina Leão. Líder de Governo, faça a contagem. Já declaro meu voto contrário. Informamos que estamos na Ordem do Dia e iremos votar um item extrapauta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	30

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Aprovados os pareceres favoráveis da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e da Comissão de Constituição e Justiça, na forma das emendas dos Relatores.

Foram apresentadas oito emendas de plenário.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre a emenda da Comissão de Constituição e Justiça e sobre as emendas de plenário. E a Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre as emendas de plenário.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

(Pausa.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, como a gente está discutindo as emendas, eu pediria a V.Exa. que passasse para o próximo item de pauta até a gente organizar as emendas aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há acordo para que a gente possa fazer isso?

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não. Há muitos itens de Deputados também.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Há o compromisso também de apreciarmos os projetos das mulheres que estão prontos para serem votados.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Há acordo dos Líderes para que a gente possa fazer isso? (Pausa.)

Há acordo para que possamos continuar a votação até que as emendas sejam discutidas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	31

Item nº 141:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.463, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Direito à Vida”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.463, de 2013, de autoria da Deputada Celina Leão, que “dispõe sobre a inclusão no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Direito à Vida”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 142:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.033, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão, que determina que “fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Radialista”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	32

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.033, de 2014, de autoria da Deputada Celina Leão, que determina que “fica instituído e incluído no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Radialista”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 143:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 291, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “cria o Dia Distrital do Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	33

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 291, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “cria o Dia Distrital do Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Só para fazer uma observação, esses são projetos que estão em segundo turno, porque a Deputada Celina Leão não tinha comparecido. A gente está votando e limpando a pauta dos projetos em segundo turno remanescentes de 2016 e 2011.

Item nº 145:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 566, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Encontro Nacional de Motos do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN/DF)”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 566, de 2011, de autoria da Deputada Celina Leão, que “inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Encontro Nacional de Motos do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN/DF)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	34	

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 150:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.017, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "institui o Dia Distrital de Combate à Intoxicação por Agrotóxicos".

O projeto foi aprovado em primeiro turno. Contudo, antes de dar início à votação em segundo turno, solicito ao Deputado Wasny de Roure que retifique seu parecer proferido na sessão ordinária de 18 de abril, para que ele seja pela Comissão de Educação, Saúde e Cultura e não pela Comissão de Constituição e Justiça, como proferido por V.Exa.

A Presidência designa o Deputado Wasny de Roure para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à Emenda Substitutiva nº 1, apresentada ao Projeto de Lei nº 1.017, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "institui o Dia Distrital de Combate à Intoxicação por Agrotóxicos".

Trata-se de substitutivo proposto pela Deputada Sandra Faraj ao Projeto de Lei nº 1.017, de 2016, que diz:

"A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia de Combate à Intoxicação por Agrotóxico, que será comemorado anualmente no dia 3 de dezembro.

Parágrafo único. A data comemorativa a que se refere o *caput* deverá ser incluída no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário."

Nosso parecer, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, é favorável à proposta do substitutivo apresentado pela Deputada Sandra Faraj no âmbito da CCJ. Esse é o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	35

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Eu gostaria de ratificar a votação em primeiro turno com 16 votos favoráveis.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.017, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.017, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “institui o Dia Distrital de Combate à Intoxicação por Agrotóxicos”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Já temos condições de fazer a votação do Projeto de Lei Complementar nº 95? Das emendas? Ok?

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, e dá outras providências”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	36

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as emendas.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, foram apresentadas as seguintes emendas: Emenda da Comissão de Constituição e Justiça nº 1, de 2017, supressiva, do Deputado Julio Cesar, aprovada: sou favorável à admissibilidade e aprovação dessa emenda; Emenda de Plenário Supressiva nº 2, de autoria do nobre Deputado, colega, correligionário do mesmo partido, Deputado Bispo Renato Andrade: sou favorável à admissibilidade e aprovação; Emenda nº 3, também de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que é uma emenda supressiva de plenário: acato a emenda de Plenário Supressiva nº 3; Emenda nº 4, supressiva, também do Deputado Bispo Renato Andrade: eu sou favorável à admissibilidade e aprovação; Emenda nº 5, aditiva e supressiva, de autoria do Deputado Ricardo Vale: eu também sou de parecer pela admissibilidade e aprovação; Emenda modificativa nº 6, de autoria do Presidente Deputado Joe Valle: eu também sou favorável à aprovação e admissibilidade da Emenda modificativa nº 6; Emenda Aditiva nº 7, de autoria do Presidente Deputado Joe Valle: também sou favorável à admissibilidade e aprovação. Há a Emenda Supressiva nº 8, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes e Deputado Prof. Reginaldo Veras, bem como a Emenda nº 9, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras e do Deputado Cláudio Abrantes. Eu sou de parecer favorável à admissibilidade e aprovação tanto da Emenda de nº 8 como da Emenda de nº 9.

Portanto, eu queria fazer um apelo aos nobres Deputados. Tendo acolhido as emendas dos Deputados, que visam exatamente ao aperfeiçoamento da matéria, peço que votem favoravelmente à aprovação do projeto, porque, quando a gente se propõe a fazer uma emenda que aperfeiçoa a proposição legislativa vinda do Executivo, é porque nós estamos melhorando. Portanto, eu queria fazer um apelo aos nobres colegas que apresentaram emendas que votem favoravelmente ao meu parecer. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Apenas queria colocar que as emendas foram da Mesa Diretora. Não foram emendas do Presidente. Só retirando o Fascal desse processo.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	37	

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que este é um projeto que tem condições de dar certo, mas nós temos que ter paciência para discuti-lo. Sinto que nós muitas vezes temos uma motivação de passar por passar, porque o governo pediu, isso e aquilo outro, e não atentamos a determinados procedimentos.

Eu até gostaria de aprovar dentro das novas decisões tomadas. tanto em nível de Tribunal de Justiça, como em nível de Supremo. Eu acho que nós não temos paciência, porque todos nós aqui temos um compromisso e estamos fechados com aquilo, etc. Ou eu venho aqui trazer a minha emenda, com todo o respeito, Deputado Bispo Renato Andrade, que eu sei que são procedentes ao fundo da assistência social, do idoso, quem sou eu para criticar. Eu acredito que não resolve o problema, porque o problema está na base. Na realidade, regra geral, nós não podemos tratar dele aqui nesta Casa. Nós podemos tratar das questões específicas dos fundos, e tratar caso a caso. Esse é o meu entendimento.

Inclusive o próprio governo – seria importante ouvir a opinião dele –, extingui certos fundos importantes, Deputado Joe Valle, como o fundo da alfabetização de adultos, exatamente quando sai uma pesquisa da Codeplan dizendo que em Brasília o número de analfabetos aumentou. É bem verdade que o índice de aumento é pequeno, mas é um contrassenso, porque o próprio governo tem atrasado em recursos federais o pagamento dos monitores, dos alfabetizadores de adultos – está aqui o Deputado Prof. Reginaldo Veras que não me deixa mentir. Recentemente, tive que apelar para o Wilson, que, com a máxima boa vontade – era questão de cento e poucos mil reais –, foi lá e fez o depósito, demonstrando que às vezes são políticas públicas importantes.

Os fundos são dirigidos a políticas públicas importantes. Na questão do fundo de esporte, Deputado Julio Cesar, quando estive recentemente com a Secretária Leila, ela me mostrou que o recurso, no montante – se não me falha a memória de 3 milhões –, teve a possibilidade de ser ampliado. Nós não vamos resolver o problema de pessoal com 1 milhão, 2 milhões, 5 milhões. É importante que a gente tenha isso claro.

Outra coisa, Sr. Presidente, a Lei Complementar nº 894, diz em seu art. 3º o seguinte: o Poder Executivo deve encaminhar à Câmara Legislativa, no prazo de 180 dias, projetos de lei revisando os fundos especiais, a execução orçamentária abaixo de 50% nos dois últimos exercícios.

Nós temos um número grande de fundos que não é operado. É verdade que existem alguns fundos, como o da procuradoria, como o da cultura, extremamente significativos, que para o governo, neste momento, é fundamental, como os recursos do Detran e outros recursos e créditos próprios.

Porque o governo fala da transferência de recursos superávit da administração direta e indireta. Hoje, a Deputada Celina Leão falou novamente sobre isso. Então, nós temos de fato alguns fundos que não estão sendo operacionalizados,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	38

portanto eles têm que acabar. Essa era a proposta prevista na lei de 2015 que o governo mandaria.

Então, para atender uma situação emergencial – eu creio que nós temos condições –, nós temos que ouvir quem tem acúmulo nessa matéria. Nós temos que ouvir quem tem acúmulo. A matéria é recente nos tribunais. A matéria tem decisões recentes no Tribunal. Um diálogo com o Procurador, que tem um acúmulo, nos ajudaria muito.

Eu não estou fazendo esse pedido para prorrogar isso e aquilo outro, eu apenas tentei lembrar os colegas. Para os colegas terem ideia, doze fundos não têm execução; dezoito fundos, a execução, Deputado Joe Valle, é abaixo de 10%. Em 27 fundos a execução é acima de 50%.

Portanto, Deputado Joe Valle, nós nesta Casa temos, às vezes, que ter um pouco de paciência para aprender com a contribuição que os outros têm para nos oferecer. E o governo é tão esperto! Vejam só, o governo excluiu o Fundo Pró-Receita, o Fundo Pró-Jurídico e o Fundo da Defensoria Pública. Esses três tiveram o privilégio de serem excluídos. E agora alguns para os quais o relator disse que precisa dos votos. Então, acredito que isso não ajuda, isso prejudica termos uma decisão madura e sensata.

Deixo aqui o meu voto, que será contrário, ele está aqui, Sr. Presidente, por escrito, para não gastar mais tempo dos colegas Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure. Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ser rápido na minha fala. Quero deixar claro que o objetivo da referida proposição é estabelecer regras e procedimentos para garantir a incorporação ao Tesouro do Distrito Federal – e aqui eu quero frisar – do superávit financeiro dos fundos que será apurado no final de cada exercício, salvo aqueles que não estão na proposição e nas emendas que não foram acatadas aqui pelo referido Relator.

Vale deixar claro que o grande objetivo, Deputado Bispo Renato Andrade, do referido projeto de lei é atender às disposições estabelecidas pelo egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, que determinam, Deputado Agaciel Maia, que, para alterar a forma de funcionamento dos fundos, é necessário que se faça projeto de lei específico, projeto que foi aprovado em 2013, alterando a Lei nº 292, de 2000. É um projeto genérico, mas foi considerado constitucional. Agora, cada fundo... O Projeto de Lei Complementar nº 95 traz a inclusão nos artigos das leis específicas de cada fundo de que o superávit... Deixando claro, Deputado Joe Valle, aqui não se está tirando dinheiro da execução anual do fundo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23 05 2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	39	

O fundo que tiver superávit no final do seu exercício terá esse superávit revertido ao Tesouro do Distrito Federal. O que estamos tratando aqui é única e exclusivamente onde se vai colocar, Deputado Joe Valle, o superávit dos fundos. Ou seja, o superávit de um fundo que não foi totalmente executado em um ano retornava para o próprio fundo. Agora não, ele vai voltar para o Caixa Único do Distrito Federal.

Não existe aqui nenhuma transposição, do meu ponto de vista, ilegal. Inclusive não se está mexendo na fonte de financiamento dos fundos. O que se está colocando aqui é única e exclusivamente o superávit. Se o gestor do fundo tiver a competência de executar o fundo durante o ano fiscal, não vai ter superávit. Contudo, nada mais justo que o Estado reverta aos cofres públicos o superávit dos fundos que não têm execução.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado. Encerrada a discussão, coloco em processo de votação o parecer.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu apresentei o meu voto em separado com base no parágrafo único do art. 190 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, que estabelece: "É lícito ao Deputado Distrital, depois da votação, enviar à Mesa Diretora, para publicação, declaração escrita de voto, redigida em termos regimentais, ou fazê-la oralmente da tribuna do plenário".

Estou entregando por escrito.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito. Em virtude da apresentação do voto em separado pelo Deputado Wasny de Roure, colocaremos em votação primeiro o voto em separado e, em seguida, votaremos o parecer do relator.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só solicitar que V.Exa., na votação, pedisse a indicação. A orientação da Liderança do Governo é que se vote com o Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós vamos colocar primeiro o voto em separado.

DEPUTADO DELMASSO – Isso. Estou dizendo que a indicação da Liderança do Governo aos Deputados da base é que votem com o Relator, votando contra o voto em separado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Pela rejeição do voto em separado?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	40

DEPUTADO DELMASSO – Isso!

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho essa orientação do Deputado Delmasso absolutamente desnecessária. Primeiro, eu não sou base do governo e vou votar. Deputado Bispo Renato Andrade também não é da base do governo e vai votar, assim como o Deputado Ricardo Vale. Então, se V.Exa. está orientando a sua base, V.Exa. vai perder.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Exatamente na mesma linha que o Deputado Chico Vigilante, quero dizer que temos construído o esforço necessário para melhorar os projetos do Executivo. Apresentei algumas emendas, que foram acatadas. Não resta dúvida de que foram acatadas, mas logicamente...

O Deputado Delmasso tem todo o meu respeito e continuará a ter, mas sou um Deputado de oposição e, na mesma linha do Deputado Chico Vigilante, quero dizer que o que estamos construindo aqui é alguma coisa que possa melhorar aquilo que reverter para Brasília, para o Distrito Federal.

Aquela questão da Liderança da Minoria nos foi tirada. Tenho certeza de que V.Exa. vai retornar logo com ela. Então, logicamente, como oposição, nós, os Deputados da Oposição, da Minoria, vamos seguir e vamos votar juntos. A exceção do Deputado Wasny de Roure, que vai seguir o voto em separado, a Minoria vai seguir a orientação de dizer "sim" ao parecer do Relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeitamente!

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o procedimento regimental é que V.Exa. coloque em votação o meu parecer. Só se ele for rejeitado é que ficará o voto em separado como...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Não é esse o entendimento, Deputado Agaciel Maia. Regimentalmente, não é esse o entendimento.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Mas então V.Exa. vai, primeiro, colocar o voto em separado?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	41

DEPUTADO JOE VALLE – O voto em separado e, logo em seguida, o parecer do Relator. Se o voto em separado prosperar, passa-se para o relatório.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que forem contrários ao parecer sobre o voto em separado permaneçam como estão; os que o aprovam queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o voto em separado está rejeitado com a presença de 16 Deputados. Houve 2 votos favoráveis.

Os votos favoráveis foram dos Deputados Raimundo Ribeiro e Wasny de Roure.

Esse é só o parecer do voto em separado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Como é projeto de lei complementar, eu não sei se não se teria de fazer votação nominal... Não?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Para o parecer, não.

Agora, colocarei em discussão o parecer do Relator da CEOF.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários.

Os votos contrários foram dos Deputados Wasny de Roure e Raimundo Ribeiro.

Vamos agora à discussão das emendas pela CCJ.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Delmasso, que emita parecer sobre as emendas de Plenário.

DEPUTADO DELMASSO (Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Comissão de Constituição e Justiça foi chamada a dar parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	42

órgãos e entidades da administração direta e indireta, integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Esta Comissão, segundo o Regimento Interno da Casa, é instada a dar parecer sobre a admissibilidade e a constitucionalidade de referido projeto de lei. Tendo em vista que a comissão de mérito, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, já aprovou as emendas e o referido projeto também no plenário, somos pela aprovação e admissibilidade do referido projeto de lei, na forma do parecer da CEOF.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre as emendas está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários. Os votos contrários são do Deputado Wasny de Roure e do Deputado Raimundo Ribeiro.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

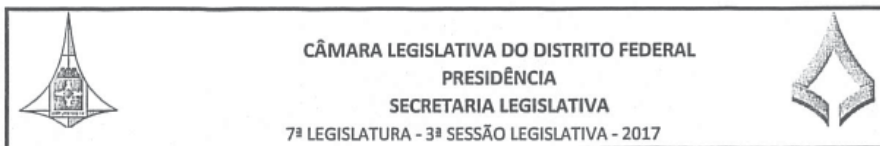
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

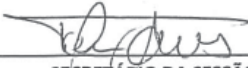
(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 95/2016 DATA: 23/05/2017
 AUTORIA: (X) PODER EXECUTIVO
 TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CELINA LEÃO	PPS				1		
4	CHICO LEITE	REDE	1					
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					X
6	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT		1				X
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	JOE VALLE	PDT			1			
RESULTADO			14	2	1	7	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
14	VOTOS SIM
2	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
7	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
17	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	43

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 2 votos contrários e 1 abstenção. Houve 7 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após a declaração de voto dos Deputados inscritos – Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure, naturalmente –, eu gostaria também de fazer uma declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ficar claro a esta Casa, e especialmente à imprensa, que está aqui presente, vou lembrá-los de um fato.

O Deputado Joe Valle não era Presidente, mas está bastante lembrado. Viu, Deputado Agaciel Maia? O Governo Rollemberg mandou aquele pacote tributário – todo mundo está lembrado – e nós fizemos uma sugestão com treze pontos. A gente achava que ajudaria a equilibrar financeiramente o Distrito Federal e o livraria do pacote tributário. Sugerimos treze pontos. Foi assinado pela Liderança do Partido dos Trabalhadores – todos os Deputados do PT, na época, concordaram – e pela Liderança do PMDB.

Nós fomos ao Palácio do Buriti entregar, Deputado Chico Leite. Tivemos audiência com o Governador Rodrigo Rollemberg, com a equipe da Secretaria da Fazenda, e entregamos os treze pontos. Entre eles, estava essa sugestão da revisão dos fundos. Ninguém contestou à época. Nós queríamos livrar o Distrito Federal da carga tributária.

Nós entregamos a sugestão, e o governo levou dois anos para implementar. Eita governo lerdo! Muito lerdo. Sugerimos naquele tempo. E, dois anos e dois meses depois, ele está implementando. Foi sugestão nossa. Por isso, Deputado Ricardo Vale, não podemos hoje votar contra o que nós sugerimos. Se estávamos certos, à época, em sugerir, nós estamos certos hoje em votar a favor.

Para que as coisas fiquem absolutamente claras, não é uma posição do Deputado Ricardo Vale, nem do Deputado Chico Vigilante, de hoje votar. É uma decisão de bancada da época, que nós estamos honrando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para declaração de voto.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLÊNARIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	44

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em matéria de Direito Constitucional não há verdade absoluta. Essa matéria foi derrubada no Supremo Tribunal Federal, da maneira como esta Casa pensava, como votamos e como hoje a matéria está instruída.

Eu sugiro que os Srs. Deputados procurem ter conhecimento do Parecer nº 1.063, de 2016, da Procuradoria do Governo do Distrito Federal. Não é o Deputado Wasny de Roure que está pensando, é o que diz o parecer em cima das últimas decisões do Supremo Tribunal Federal. Em genérico, é matéria que deve ser considerada. Não sou contra o trato dos fundos, de maneira específica, excluídos os vinculados. Verdades vão se alterando com as decisões da Casa maior deste País. Portanto, estou absolutamente tranquilo, haja vista que entreguei por escrito para não haver dúvidas.

Está lá o arrazoadado, e eu sugiro que quem tem interesse procure ler e procure me corrigir. Eu sou uma pessoa absolutamente aberta, mas não vou repetir erros. Já cometemos erros demais. Vimos o governo que apoiamos hoje ir para a prisão. Eu acho que temos de ter um pouco de clareza para não repetir erros.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO LEITE (Rede. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quis declarar o meu voto por dois motivos. O primeiro é deixar claro que eu acho muito restrito, uma visão muito simplificada da política, dividir os Parlamentares entre base de governo e oposição. Não me parece ser o melhor serviço a ser prestado à cidade. Eu interpreto a política como serviço.

Aqui já fui Deputado do mesmo partido do governador, e já votei contra várias vezes. Tenho votado fazendo o debate de fundamento em todos os projetos que têm merecido o debate nesta Casa, nas Comissões e aqui. Eu não me considero base do governo. Não me considero! Faço o debate livre, fundamentado, e não tenho um cargo sequer indicado no Governo do Distrito Federal. Eu não tenho nenhum, para deixar claro aqui a todos os colegas e a todas as bancadas.

Eu acho esse debate muito simplificado. Tenho procurado trabalhar com fundamento, nem sempre sendo simpático como eu gostaria, nem sempre acolhendo tudo como eu almejava, mas sempre fundamentando os meus votos.

Em primeiro lugar, quero dizer que me manifestei favoravelmente, como já era antes das emendas, por esse motivo, por considerar que preciso votar de acordo com a avaliação dos fundamentos. Em segundo, em razão das colocações do Deputado Wasny de Roure, que eu respeito muito e que tem um acúmulo na matéria de Economia, Orçamento e Finanças de uma grande estatura, como o nosso grande professor aqui na Casa, pela experiência, pelo currículo.

O Deputado Wasny fez uma menção ao problema específico de admissibilidade. Se V.Exa. me permite, eu faria duas observações. A primeira, Presidente, é que, em realidade, na minha compreensão – posso estar errado,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
23	05	2017	16h10min	45ª Sessão Ordinária	45

erramos tentando acertar –, na minha compreensão, o projeto não trata em gênero, mas, especificamente, de cada um dos fundos. Então, a minha compreensão é que superemos esse aspecto. Entendo o que disse o Deputado Wasny de Roure, concordo com S.Exa. em sua advertência, mas acho que não se amolda a esse projeto. Essa é a nossa visão.

Em segundo lugar – eu ponderava isso com o Deputado Wasny de Roure há pouco –, devemos caminhar para uma gestão do orçamento público que tenha cada vez menos especificações possíveis, porque hoje o orçamento público é absolutamente engessado. Quando há um projeto que indique algo, tirando aquilo que é essencial, já há uma disputa de orçamento, porque há uns mais essenciais que outros, mas, tirando esses em preliminar e registrando que são superávits – portanto, como o nome está dizendo, só são registrados ao final de cada exercício –, nós estamos preservando as fontes.

Foi por isso que eu me manifestei favoravelmente, mas, como tinha a oposição ou, se não, a contestação do Deputado Wasny de Roure, eu achei por bem dar esse esclarecimento, pelo respeito que tenho por S.Exa. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária com início imediato após esta sessão ordinária para discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei Complementar nº 95, de 2016, e demais itens constantes da Ordem do Dia da sessão ordinária de hoje.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h42min.)